

O CENTRO DE LISBOA: PERCEÇÃO DO ESPAÇO URBANO

*LINEY BLEY**

*INÊS PORTUGAL***

*FERNANDO MARTINS****

Resumo

O Centro pode ser concebido como o coração vital de uma cidade. É um fórum: lugar de reuniões para negócios, mercadorias e idéias, lugar de concentração de atividades sociais e culturais e o nó do sistema de transportes. Daí a importância do Centro em Geografia Urbana. Comumente esta estuda suas características enquanto espaço geográfico e as modificações aí provocadas pela ação do homem. Neste estudo, toma-se uma outra abordagem, a utilização da análise da percepção, guiados pelo objetivo de identificar como é percebido o centro da cidade de Lisboa por seus moradores e até que ponto atende às suas necessidades e aspirações deles. Delimitamos o centro da histórica cidade como a “Baixa”, e uma área contígua que vai do “Rossio” à “Rotunda” a partir de mapas mentais e de questionários. Considerando que cerca de um quarto dos sujeitos da amostra nada acrescentariam ao Centro nem retirariam dele, conclui-se que está atendendo em boa parte às necessidades de seus moradores. No entanto, evidenciamos a urgência de processos de revitalização do patrimônio cultural da área, também graves problemas de circulação de pedestres e veículos, mas sempre procurando conservar as características da “Lisboa Pombalina” presentes em toda a área urbana de Lisboa.

Palavras-chave: Centro de cidades, Percepção, Lisboa.

*Mestre e Doutor em Geografia - UNESP- Campus de Rio Claro - Bolsista de Pós-Doutorado na Universidade Nova de Lisboa

** Geógrafa pela Universidade Nova de Lisboa

*** Geógrafo pela Universidade Nova de Lisboa

Trabalho patrocinado pela CAPES - 1992/1993

Resumé

Le Centre de Lisbonne: Perception de l'espace urbain

Le Centre peut être conçu comme le couer vital d'une ville. C'est un forum: lieu de reunions pour des affaires, des marchandises, des idées; lieu de concentration d'activités sociales et culturelles et le noeud du système de transports; d'où l'importance du Centre en géographie urbaine. D'habitude, celle-ci étudie ses caractéristiques en tant qu'espace géographique et les modifications y provoquées par l'action de l'homme. Dans cette étude, on se sert d'une autre approche - l'analyse de la perception - guidés par l'objectif d'identifier la perception que les habitants de la ville de Lisbonne ont du lieu où ils vivent et dans quelle mesure le Centre répond à leurs necessités et à leurs aspirations. On a délimité le Centre de cette ville historique comme la partie nomée "Baixa", ajoutée d'une surface contigue qui s'étend du "Rossio" jusqu'à la "Rotunda", à partir de cartes mentales et des questionnaires. Si l'on considère que près d'un quart des sujets de l'échantillon n'ajouteraient ni enlèveraient rien au Centre, il répond donc en bonne partie aux nécessités des habitants. Cependant, il s'est avéré évident le besoin urgent de procédés de revitalisation du patrimoine culturel du Centre, ainsi que la prise de mesures pour résoudre de sérieux problèmes de circulation de piétons et de voitures, tout en conservant les caractéristiques de la "Lisboa pombalina", présentes partou le Centre urbain de Lisbonne.

Mots-clé: Centre-villes; Perception; Lisbonne.

O centro de uma cidade não pode ser definido levando-se em conta somente considerações físico-territoriais ou aspectos puramente estatísticos. Ele é, antes de tudo, o local onde as pessoas se encontram e exercem uma variada gama de atividades: comerciais, sociais, de lazer, etc. Qualquer que seja seu tamanho, tipo, função, forma ou época de aparecimento, a cidade possui uma área onde as atividades se desenvolvem de forma mais intensa. A importância relativa dessa área estende-se não apenas ao agrupamento urbano, mas a toda a região de influência da cidade. Os estudiosos de Geografia Urbana, naturalmente, não têm desconhecido essa importância e inúmeros estudos têm sido dedicados ao centro de cidades. Além de geógrafos o tema tem interessado muito a urbanistas. Esses profissionais, comumente responsáveis pelo planejamento, vêem os centros de cidades, e não podemos surpreender-nos disso, de maneira diferente do público que os utiliza. Essas diferenças, e a natureza das imagens que o público forma, criam consequên-

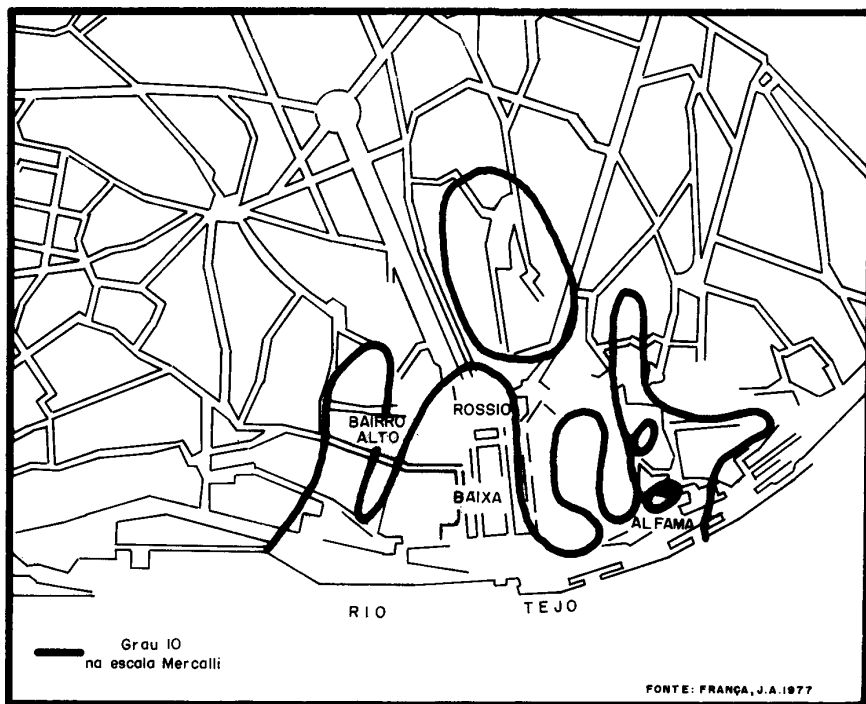
cias de ordem prática para as pessoas com poder decisório e precisam ser definidas de alguma forma. Para essa decisão, atendendo os interesses e objetivos dos usuários, contribuem decisivamente os estudos de percepção ambiental. Distinguimos três domínios no estudo geográfico: a natureza do meio ambiente, a maneira como nos conduzimos e modificamos o meio ambiente e o que sentimos e pensamos a partir do meio ambiente. Na Geografia Urbana, este último domínio tem sido negligenciado (VANT, 1974, pag.71). Cada indivíduo cria sua imagem da cidade a partir da imaginação, memória e experiência pessoal. Quanto ao centro, na percepção de cada pessoa há partes bem detalhadas, partes intermediárias e partes que formam verdadeiros vazios. Há multiplicidade de enfoques nos estudos, que conhecemos, tratando do centro de muitas cidades européias e norte-americanas. Tomando um desses enfoques podemos conceituar o centro como o coração vital da cidade. É o focus não somente da cidade, mas da região. Ele contém tudo o que é propriamente urbano. É um fórum, lugar de reuniões e transações para negócios, mercadorias e idéias, e para as atividades sociais e culturais. É o nó de um vasto sistema de transportes individuais ou coletivos (BLEY, 1982, p.28). Não encontramos um estudo sobre a percepção do centro da histórica e bela Lisboa. Assim, decidimos realizar uma pesquisa, embora nossas inúmeras limitações, inclusive de tempo, com o objetivo de identificar como é percebido o centro da cidade por seus moradores e até que ponto atende às suas necessidades e aspirações.

O ESPAÇO URBANO DE LISBOA

Pesquisas arqueológicas provam que a região de Lisboa era povoada na pré-história. Situado junto ao mar, ao mesmo tempo protegido dele e a ele ligado pelo estuário do Tejo, o sítio da cidade a fazia um ponto de encontro entre o Atlântico e o Mediterrâneo. Os celtas, os cartagineses, os fenícios e os romanos, sucessivamente, habitaram a área. Os mouros chegaram em 711 e nela estabeleceram-se até 1147, quando o primeiro rei de Portugal assediou e tomou a cidade. Um clima agradável, temperado pelas brisas do mar, colinas fáceis de defender, um largo rio ideal para abrigar embarcações, terras férteis à sua volta, foram condições favoráveis para o desenvolvimento da cidade. Na época da Reconquista a cidade cobria aproximadamente quinze hectares. Em 1255 tornava-se a capital do Reino de Portugal. O seu desenvolvimento foi muito rápido entre os séculos XIII e XIV. Em 1375 cobria 101 hectares. Os séculos XV e XVI, período da expansão portuguesa além-mar, viram a cidade abrigar numerosas levas de habitantes atraídos pelos negócios, pela construção naval e arrolamentos de frotas (FRANÇA: 1977, p.12). Em 1755, quando

ocorreu o gigantesco sismo, contavam-se aproximadamente 250.000 habitantes, ou seja, 10% da população do Reino. Após o terremoto um incêndio, que durou seis dias, destruiu inteiramente a parte baixa, o centro da cidade, entre o Terreiro do Paço, ao sul; o Rossio, ao norte; o sopé do declive coroado pelo Castelo de São Jorge, a leste; e uma linha que sobe perpendicularmente ao Tejo, até o Bairro Alto, a oeste. Essa área é apresentada na figura 1, conforme cartograma construído por Pereira de Sousa em 1923.

Figura 1 - Zonas atingidas pelo terremoto de 1755,
segundo Carta elaborada por Pereira de Souza-1923
Zones touché par le tremblement du terre de 1755,
d'accord carte construit par Pereira de Souza-1923



No mesmo ano do terremoto o engenheiro-mor do Reino e General, Manuel da Maia, elaborou um vasto memorial no qual estudava os problemas para reconstrução de Lisboa. Esse documento é, na verdade, uma discussão de hipóteses de urbanismo, uma proposta de modelos arquitetônicos que constituíram os princípios básicos da “Lisboa Pombalina”. Nele Manuel da Maia propõe cinco soluções: a

reconstrução pura e simples da cidade seguindo os planos antigos; a correção destes pelo alargamento das ruas; idêntica prática mas com diminuição a dois pavimentos na altura das construções, a construção de uma cidade, inteiramente nova, para os lados de Belém, e a reconstrução dos bairros centrais da parte baixa da cidade, segundo um novo plano. Esta última proposta foi a adotada pelo poderoso ministro do Rei D.José, o Marquês de Pombal. Os arquitetos da reconstrução respeitaram os traços básicos do General Manuel da Maia, que aos oitenta anos, “se revelava um homem prático e de bom-senso, um profissional consciencioso e atento à ciência de seu tempo, e ainda uma notável capacidade de imaginação” (FRANÇA, 1977, p.76).

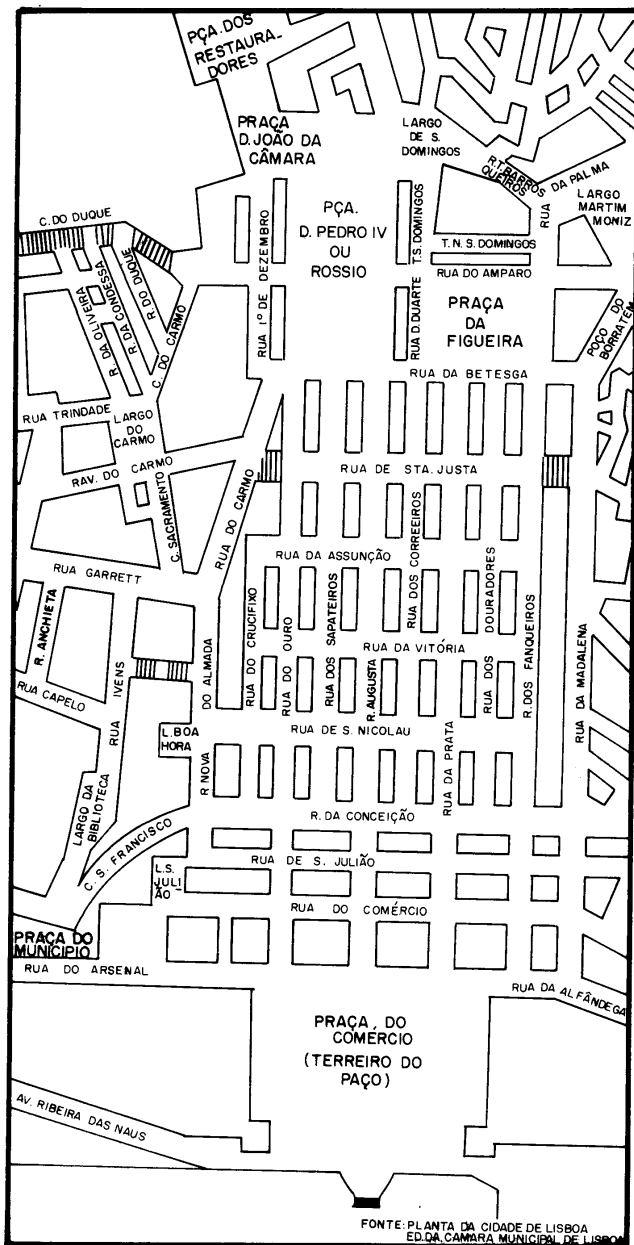
O CENTRO DE LISBOA

“A estrutura de Lisboa é em grande parte condicionada pelo relevo. Na área central abre-se um vale largo e profundo -a Baixa- que se bifurca, por altura do Rossio, em dois ramos: um corresponde à actual Avenida da Liberdade; outro, à Rua da Palma-Avenida Almirante Reis. Estes vales separam as colinas do Castelo, seguidas pelo enfiamento das da Graça, do Monte e da Penha de França; a de Santana e a de São Roque-Príncipe Real” (SOEIRO DE BRITO, 1976, p.24). Na era manuelina, termina a preponderância da colina original, a do Castelo de São Jorge e a vida da cidade passa a gravitar entre o Terreiro do Paço e o Rossio. A **Baixa** era então “um dédalo de ruas estreitas e vielas sem qualquer sistematização aparente, de onde sobressaíam algumas ruas mais largas e ricas, das quais a mais importante era a Rua Nova dos Ferros, mandada abrir já no tempo de D.Dinis (mais ou menos onde passam hoje as ruas de São Julião e do Comércio), célebre pela altura de seus prédios, pelos seus estabelecimentos comerciais, pela concorrência e tráfico abundante” (SOEIRO DE BRITO, 1976, p.32). Rompendo com a estrutura anterior ao terremoto, inclusive quanto ao direito de propriedade, o plano da “Lisboa Pombalina” forjou nova morfologia entre o “Terreiro do Paço” e o “Rossio”, que demonstra a visão iluminista do Marquês. Os arquitetos contratados por Pombal decidem respeitar, no novo alinhamento das ruas, a tradicional organização urbana medieval que agrupava os habitantes segundo as suas profissões. Foram estabelecidas sete artérias principais que ligam o Terreiro do Paço ao Rossio e que são cortadas por outras sete transversais. As principais são: a Rua Augusta, para mercadores de lã e seda; a Rua Áurea para ourives do ouro e relojoeiros; a rua Bela da Rainha, atualmente Rua da Prata, por ser destinada aos ourives da prata; a Rua Nova da Princesa, para mercadores de tecidos grosseiros, fancaria ou lençaria, daí o nome atual de Rua dos Fanqueiros; a Rua dos Douradores para latoeiros, bate-chapas e

douradores, sendo também o lugar de tendas, tabernas e botequins; a Rua dos Correeiros, para seleiros, correeiros, torneiros e sapateiros que trabalhassem para a plebe; e a Rua dos Sapateiros, destinada aos sapateiros da nobreza e burguesia. As ruas transversais são: a Rua Nova d'El Rei, substituída da Rua Nova desaparecida com o terremoto e destinada aos mercadores de louça da Índia e chá do Oriente, e ainda aos antigos lojistas do pátio da Capela do Paço, daí que tenha ficado mais conhecida como Rua dos Capelistas embora, oficialmente, se chame Rua do Comércio; a Rua de São Julião, destinada aos vendedores de roupas de tecido ordinário, os algibebe; a Rua da Conceição, destinada aos retroseiros e destes guardando até hoje a designação mais conhecida; a Rua de São Nicolau e a Rua da Vitória, para mercadores de quinquilharias; a Rua da Assunção para vendedores de chapéus e quinquilharias e a Rua de Santa Justa, destinada aos mercadores de lã e sedas que não coubessem na Rua Augusta (VIEIRA, 1993, pag.48). Apesar de assim rigorosamente planejada, essa política corporativa nunca foi inteiramente respeitada. Quanto à utilização dos prédios, por cima das lojas, ao contrário do que Maia previra, os usuários entenderam que não seriam residências de mercadores, mas como comércio atrai comércio, os andares superiores foram utilizados por profissionais e artesãos. Assim se a loja do térreo era de sedas, nos andares superiores estavam costureiras, bordadeiras, etc. E ainda o sótão ou água-furtada era utilizada como habitação de trabalhadores da loja. As ruas tinham a largura que hoje têm, o que para muitos, na época, era desperdício de espaço. Conta-se que Pombal a essa crítica teria respondido: “um dia há de haver quem as ache estreitas”. Com ruas estreitas ou largas, para que a Baixa fosse reconstruída foi preciso muito dinheiro. Para isso, em 1756 foi criado um imposto de 4 % sobre todos os produtos importados, o que rendeu dinheiro para fazer a nova Baixa e ainda reconstruir o mais urgente no restante da cidade. De qualquer modo a obra dos engenheiros e arquitetos de Pombal ainda é bem visível na Lisboa de hoje, até mesmo no corporativismo das ruas da Baixa. Onde encontrar as retrosarias, senão na Rua da Conceição, que sempre lhes foi destinada? E não estão ainda os tradicionais comerciantes de couros com suas lojas na Rua dos Correeiros? A planta desse arruamento da Baixa é apresentada na Figura 2.

Na obra de Pombal avulta o novo plano para o Terreiro do Paço, que o Marquês insistia em chamar **Praça do Comércio**. “É um vasto espaço, perfeitamente quadrado, contornado, em três dos seus lados, por edifícios de tipo uniforme, com altas arcadas de pedra. Os principais serviços públicos estão neles instalados, como Ministérios, Correios, Alfândega, etc. portanto não é destinada essencialmente ao comércio. O lado sul da Praça é bordejado pelo Tejo, nesse trecho o rio apresenta-se muito largo. No centro da Praça fica a estátua equestre do Rei D.José, que tem pedestal adornado, onde está uma efígie do Marquês de Pombal, “assim como uma alegoria que representa a Generosidade Real levantando Lisboa das

Figura 2_ O Centro da cidade de Lisboa
Le centre-ville de Lisbonne



ruínas” (PESSOA, 1992, pag.39). Na face norte da Praça, início da Rua Augusta, há um arco triunfal de grandes dimensões, datado de 1873, mas cuja construção foi iniciada em 1755. A praça do Comércio é verdadeira sala de visitas de Lisboa, sob a guarda protetora da Sé. Outra unidade do Centro de Lisboa, é a **Praça D. Pedro IV**, conhecida como “Rossio”. No reinado de D. Sancho II, foi essa área, entre as colinas do Castelo e de São Francisco, drenada e assim aproveitado o leito de um pequeno rio, o Valverde. Parte dessa área foi cedida aos frades dominicanos que nela ergueram o Convento de São Domingos. Na Lisboa, animada e cosmopolita, do século XV, faltava um palácio digno de ser habitado por visitantes ilustres, assim D. Pedro mandou fazer, próximo ao Convento, o Palácio dos Estaus. Junto a ele D. João II construiu um grande hospital: o Todos-os-Santos. Quando a Inquisição instalou-se em Portugal utilizou os Estaus como sede e o Rossio em palco de autos-de-fé e procissões de penitência. Com o terremoto de 1755 nada ficou do Hospital, também foi destruída parte do Palácio da Inquisição, logo reconstruído, e salvou-se grande parte do Convento de São Domingos. Pombal decidiu aproveitar o espaço, ponto tradicional de encontro dos lisboetas, para desenhar um Rossio geométrico. Com a nova disposição, a Igreja de São Domingos passou a ocupar uma posição recuada na estrutura da Praça. Na frente do Palácio da Inquisição foi construído um prédio simétrico e nos dois outros dois lados da Praça, construções regulares, ao estilo da época, que logo começaram a abrigar estabelecimentos comerciais. Especialmente surgiram cafés, depois que o uso da bebida chegou a Portugal, e fizeram a história da Praça, como o “Nicola” e “A Brasileira”. Em 1846, o velho Palácio de Estaus já estava destruído e em seu lugar, graças aos esforços de Almeida Garrett, foi construído o Teatro Nacional Dona Maria II. Com o tempo a Baixa e o Rossio tornaram-se ainda mais importantes. Como exemplo, registramos um depoimento: “Antigamente ia-se à Baixa como quem cumpria um preceito. Ouviam-se frases como: há um mês que não vou à Baixa! e soavam como a confissão de um pecado. Um pecado contra a cultura, um pecado contra a convivialidade, um pecado contra Lisboa”. A Baixa era o Rossio, o espaço privilegiado do convívio do lisboeta -o alfacinha. A tradição do café, do tempo de conversa, do prazer de olhar quem passa, tinha no Rossio sua expressão mais alta”(ADRAGÃO et al., 1985, p.56). Ao lado do Rossio, um amplo quadrilátero constituiu o espaço hoje denominado Praça da Figueira. Esse espaço era o do Hospital Todos-os-Santos, destruído no terremoto e, historicamente, marcado por um dos mais populares mercados que Lisboa já teve. Esse mercado, por ordem de D. José, interrompeu a continuidade da construção da Rua Bela da Rainha ou da Prata. Hoje a Praça é um calçadão, tendo ao centro a estátua do Rei D. João I, o Mestre de Avis. Integrado também ao plano de reconstrução da Lisboa Pombalina, estava o projeto do Passeio Público, um jardim palaciano destinado à classe média, construído em 1764. Esse espaço era contíguo ao Rossio,

no mesmo vale. No início era um jardim murado, quase conventual, em oposição ao Rossio, que era um espaço público. Depois foi colocada uma grade e o Passeio passou a ser o lugar de lazer dominical da burguesia lisboeta, no seu entorno foram construídos muitos palacetes. Após os anos turbulentos da passagem dos franceses de Junot, da invasão dos ingleses e do reinado de D. Maria II, em 1859, foi apresentado o polémico projeto de abertura da **Avenida da Liberdade**. A Avenida é um natural prolongamento da **Praça dos Restauradores**, ligada ao Rossio, e a toda a Baixa, por um pequeno cotovelo, na verdade a ligação entre o Teatro Nacional e a Gare Ferroviária do Rossio. Nessa Praça destaca-se o grande obelisco aos heróis Restauradores da República Portuguesa e o belo edifício designado como Palácio Foz, por ter pertencido ao Marquês da Foz no final do século XIX. Hoje é propriedade do Estado. As quatro vias da Avenida da Liberdade levam até a “Rotunda”, a **Praça Marquês de Pombal**. Ela é uma grande praça circular onde pontifica o monumento ao Marquês. Em nossa concepção o Centro de Lisboa é o espaço edificado, no vale, que vai desde o Tejo, pelo Terreiro do Paço, Baixa, Rossio, Restauradores, Avenida da Liberdade, até alcançar o ponto mais alto na Rotunda.

A PESQUISA

Com o objetivo de reconhecer componentes percebidos e até que ponto o Centro de Lisboa atende às suas necessidades e aspirações, na operacionalização da coleta de informações decidimos utilizar duas estratégias: mapa mental e questionário. A estratégia de mapas mentais foi aplicada em quatro turmas, de 9 e 10 ano, da Escola Secundária “Rainha Dona Leonor”, localizada na rua Maria Amélia Vaz de Carvalho, na freguesia de Alvalade, na porção norte da cidade. Dadas as condições da coleta foram respeitados os agrupamentos por turma. No entanto, acidentalmente, obtivemos mapas mentais construídos por quarenta sujeitos de sexo masculino e quarenta de sexo feminino. Em termos de idade, os sujeitos situavam-se na faixa entre 14 e 18 anos, sendo: 22 sujeitos de 14 anos (55%) e 18 de 15 a 18 anos (45%). Em um primeiro nível de análise encontramos mapas mentais com registros gráficos, conforme solicitado, e em 25 deles também informações escritas, indicando marcos visuais e pontos focais. Onze sujeitos traçaram em seu mapa mental um esquema geral da planta da cidade de Lisboa, sem indicar, propriamente, uma área como seu Centro. Três sujeitos registraram um ponto específico, como um monumento, um exemplo está na Figura 3, os demais registraram espaços, sob forma de plantas, como exemplo da Figura 4.

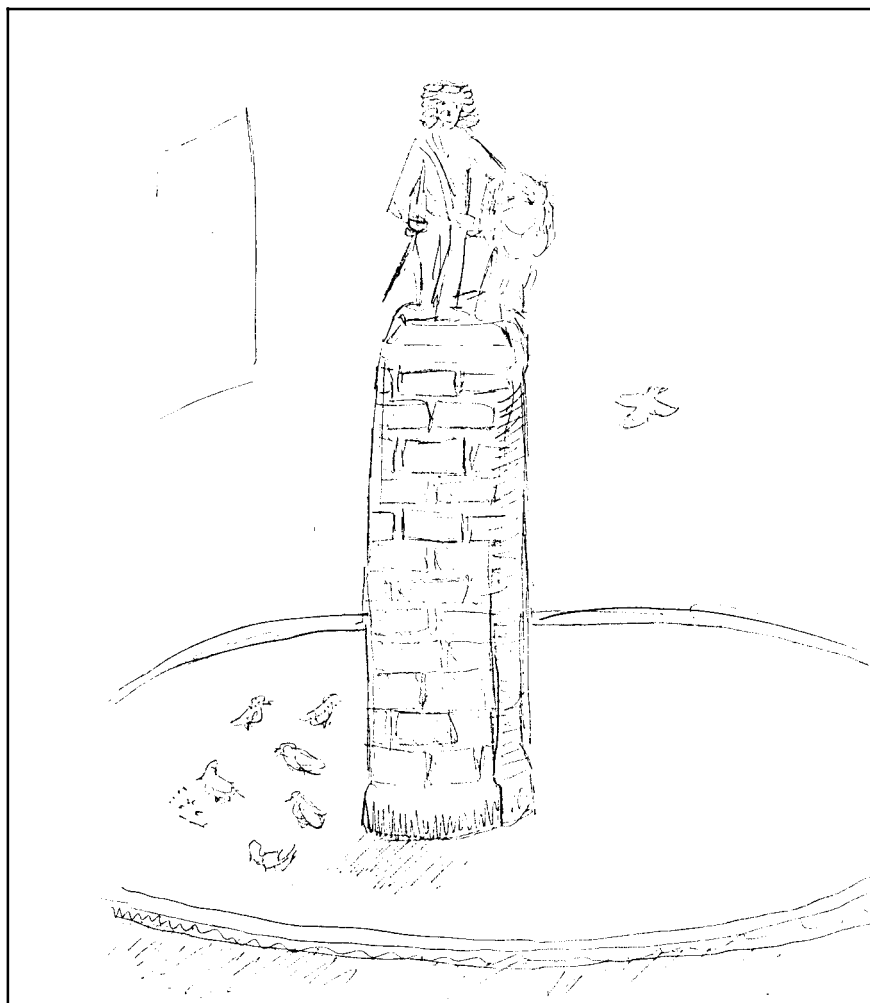
Considerando todos os registros, de vinte e nove mapas mentais, obtivemos os seguintes resultados: a Praça Marquês de Pombal, a “Rotunda” apareceu em 16 mapas (55%); a Praça D. Pedro IV, o “Rossio” em 11 mapas (48%); também 11 mapas (48%) registraram a Baixa; em 10 mapas (44%) apareceu a Avenida da Liberdade; a Praça do Comércio ou “Terreiro do Paço”, foi registrada em 9 mapas (31%); a Praça dos Restauradores em 7 mapas (24%). Outros pontos foram registrados por 1 a 3 sujeitos, como: a Praça da Figueira, a Rua do Ouro, o Largo do Chiado, a Avenida de Roma e a Avenida Estados Unidos da América. Explica-se a indicação dessas duas

Figura 3 _ O “Rossio”_ segundo mapa mental de
 sujeito da pesquisa
 Le “Rossio”_ d'accord carte mental
 de sujet de la recherche



Avenidas, onde as funções predominantes não podem, em teoria, ser consideradas como centrais, pela proximidade que têm com a localização da Escola, portanto possivelmente, espaço muito vivido dos sujeitos. Em resumo, os mapas mentais apontam como Centro uma área que vai da Praça do Comércio a Rotunda, passando pela Baixa, Rossio, Restauradores e Avenida da Liberdade. O segundo instrumento de pesquisa foi um questionário de que constavam informações de área de residência e tempo de residência em Lisboa e seis itens para caracterização do Centro. Foram aplicados a 50 (cinquenta) sujeitos adultos, em suas residências, em diferen-

Figura 1 - "Rotunda" e monumento ao Marquês de Pombal segundo mapa mental de sujeito da pesquisa
"Rotunda" et monument au Marquis du Pombal
d'accord carte mental de sujet de la recherche.



tes porções da cidade, sendo dezenove residentes na porção norte: Lumiar, Telheiras, Entrecampos, Desterro, Nossa Senhora de Fátima, Praça Chile e Avenida do Brasil; também dezenove na porção noroeste: Carnide, Benfica, Alfragide e Praça da

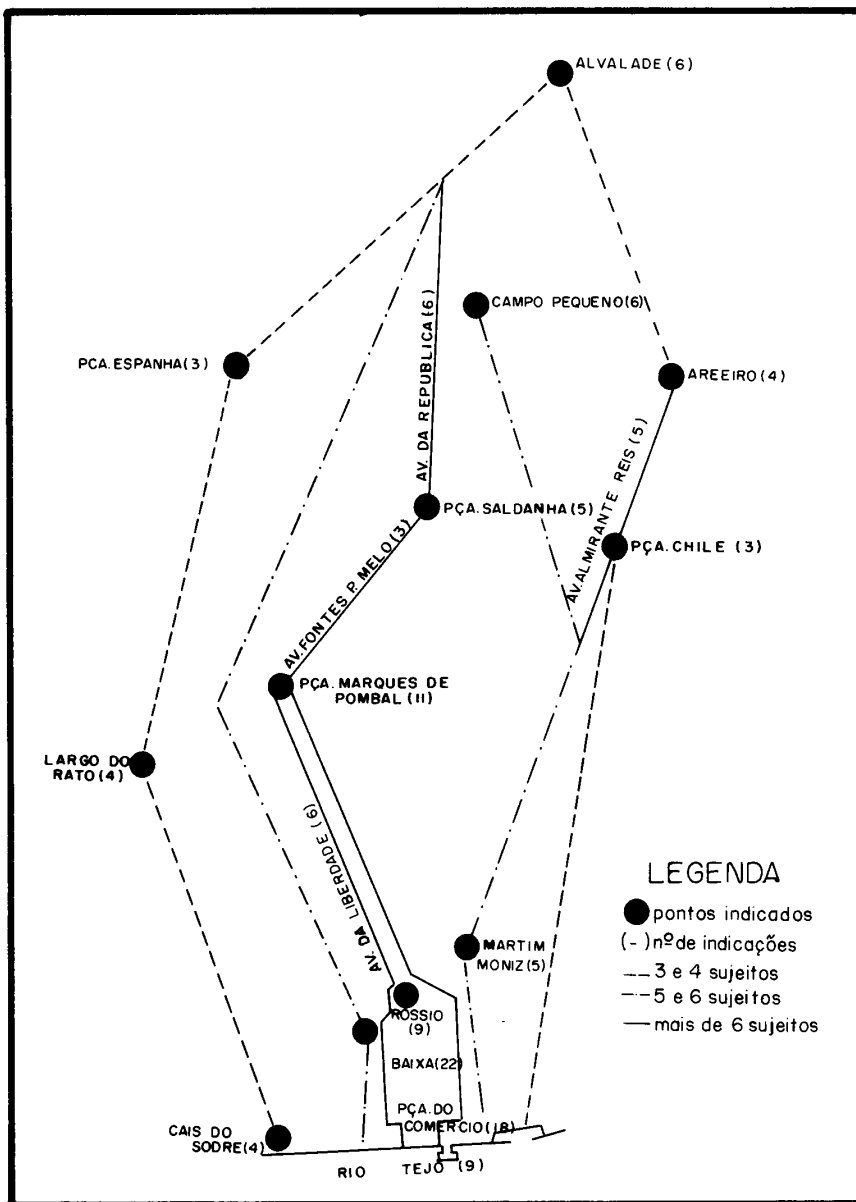
Espanha; oito residentes na porção oeste, em: Campo d’Ourique, Bairro Alto, Belém e Pedrouços; e quatro na porção nordeste: Olivais e Anjos. O tempo de residência em Lisboa variou, entre os sujeitos questionados, de no mínimo dez e no máximo cinquenta e quatro anos, em uma média de vinte e três anos. O primeiro item do questionário foi: Pense no Centro, o que você lembra? Na tabulação dos resultados foram citados lugares, funções e elementos subjetivos. Como lugares onze sujeitos lembraram a Baixa, nove o Rossio, seis a Rotunda; também seis o Chiado; três a Praça dos Restauradores e dez sujeitos citaram outros lugares. Vinte e um sujeitos lembraram a função comercial, três a função prestação de serviços e um o lazer. Quanto a outros elementos, de características subjetivas, doze sujeitos lembraram o movimento de pessoas, onze o trânsito intenso, dez a confusão e dez outros elementos como beleza e poluição. O item 2 foi: Para você, de onde até onde vai o centro de Lisboa? Os cinquenta sujeitos inquiridos citaram quarenta diferentes pontos na cidade, sendo os pontos mais indicados: a Baixa por 22 sujeitos, a Praça do Comércio por 12 e a Rotunda por 11 sujeitos. Para definir, espacialmente, os resultados obtidos nesse item, construímos o cartograma da Figura 5, que apresenta delimitações do Centro a partir de pontos indicados pelos cinquenta sujeitos.

Para caracterizar o coração do Centro, a área que geógrafos norte-americanos chamam de “hard-core” e franceses de “noyau”, fizemos aos sujeitos a pergunta 3: Para você onde o Centro é mais centro? Os cinquenta sujeitos indicaram dezesseis lugares. O Rossio foi apontado por 36 sujeitos, a Baixa, que para alguns inclui o Rossio foi indicada por 14 sujeitos e a Rua Augusta por 3. Na realidade consideramos que os sujeitos indicavam uma área contígua da cidade que, portanto, totalizou quarenta indicações. Ainda com o objetivo de delimitar o Centro, apresentamos aos sujeitos, no item 4 do questionário, uma listagem de vinte e dois marcos visuais e/ou pontos focais, para assinalar S = estão no Centro ou N = não estão no Centro. Os resultados estão apresentados no quadro 1.

Alcançaram escores mais elevados marcos visuais e/ou pontos focais como: o Elevador de Santa Justa, o Coliseu, a Rua Garret, a Praça Camões, a Sé-Catedral, o Largo Martim Moniz, a Igreja de Santa Madalena, o Largo do Carmo e a Praça Marquês de Pombal, que podem ser considerados limites do Centro, como mostra a Figura 6.

Com o intuito de verificar até que ponto o Centro de Lisboa atende às necessidades e aspirações de seus moradores foram propostos dois últimos itens no questionário: o que os sujeitos acrescentariam e o que retirariam do Centro. Onze sujeitos declararam que nada acrescentariam nem retirariam, assim o nível de satisfação plena foi de 22%. Doze sujeitos, no entanto, acrescentariam áreas verdes; oito áreas culturais e de lazer; cinco acrescentariam cafés com esplanadas; cinco acrescentariam habitações e também cinco melhorariam os transportes. Estacionamentos

Figura 5_Delimitação do Centro por indicações dos sujeitos (Item 2)
 Delimitation du centre pour indication de les sujets (Item 2)



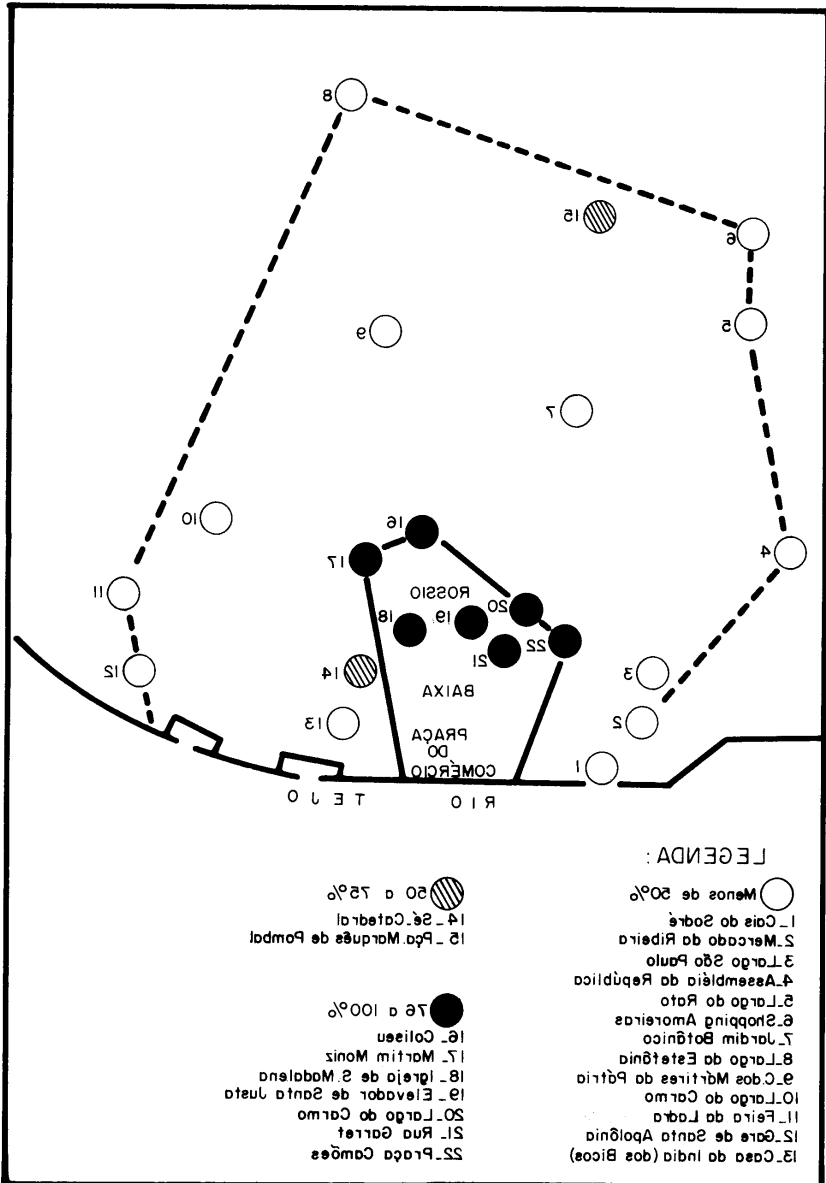
QUADRO 1

PONTOS FOCAIS E/OU MARCOS VISUAIS SITUADOS NO
CENTRO DE LISBOA, SEGUNDO SUJEITOS DA PESQUISA
(n=50)

Pontos focais e/ou marcos visuais	Sim	Não
Gare de Santa Apolónia	10 (20%)	40 (80%)
Feira da Ladra	10 (20%)	40 (80%)
Casa da Índia (dos Bicos)	21 (42%)	29 (51%)
Sé-catedral	32 (64%)	18 (36%)
Igreja de Santa Madalena	38 (76%)	12 (24%)
Largo e Igreja da Graça	14 (28%)	36 (72%)
Largo Martim Moniz	38 (76%)	12 (24%)
Coliseu	47 (94%)	3 (6%)
Campo dos Mártires da Pátria	18 (36%)	32 (64%)
Largo da Estefânia	20 (40%)	30 (60%)
Praça Marquês de Pombal	36 (72%)	14 (28%)
Shopping Amoreiras	16 (32%)	34 (68%)
Largo do Rato	20 (40%)	30 (60%)
Jardim Botânico	19 (38%)	31 (62%)
Assembleia da República	14 (28%)	36 (72%)
Largo do Carmo	39 (78%)	11 (22%)
Elevador de Santa Justa	47 (94%)	3 (6%)
Praça Camões	41 (82%)	9 (18%)
Rua Garrett	45 (90%)	5 (10%)
Largo de São Paulo	19 (38%)	31 (62%)
Mercado da Ribeira	17 (34%)	33 (66%)
Cais do Sodré	24 (48%)	26 (52%)

deveriam ser aumentados segundo três sujeitos, três intensificariam o comércio e outros três mais ruas peatonais. Treze sujeitos retirariam os carros, referindo-se a veículos particulares, doze reduziriam o trânsito e dez, como já foi registrado, nada retirariam. Ao contrário da avaliação de outros sujeitos da pesquisa, três retirariam os estacionamento, três retirariam as habitações e outros dois o comércio.

Figura 6 - Delimitação do Centro: pontos focais e marcos visuais indicados pelos sujeitos (item 4)
 Délimitation du Centre: points focaux et bornes visuelles indiquées pour le sujets (item 4)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos de delimitação o Centro de Lisboa, segundo a percepção de moradores, ainda é o espaço histórico, uma área que vai da Praça do Comércio (Terreiro do Paço) a Praça D. Pedro IV (Rossio), isto é, a Baixa. Para alguns desses moradores ele prolonga-se pela Praça dos Restauradores e a Avenida da Liberdade até a Praça Marques de Pombal (Rotunda). Embora a cidade apresente outros centros, que poderíamos considerar como secundários, por exemplo a Praça Chile, o Shopping Amoreiras, a Praça de Alvalade, nenhum deles compete com o centro em funções consideradas centrais como o comércio e a prestação de serviços. Essas funções parecem migrar para o norte da Baixa, na direção das chamadas Avenidas Novas, mas ainda não apresentam continuidade. Assim, o Centro para o lisboeta é a Baixa, especialmente pela concentração de comércio e serviços. A concentração do comércio apresenta resquícios da proposta dos arquitetos pombalinos, com ruas que caracterizam especialização interna. Como nós do eixo de transportes coletivos, a Praça dos Restauradores e a Praça da Figueira, com suas estações do trem metropolitano e numerosos pontos de linhas de ônibus, facilitam a acessibilidade ao Centro, já que estão limítrofes a essa área. O problema mais grave detectado na pesquisa foi a questão do transporte particular, o automóvel, cujo número aumentou de forma acelerada nos últimos anos. Os poucos parques de estacionamento não são suficientes e o resultado é a utilização inadequada de espaços como, por exemplo, o Terreiro do Paço. Também nas ruas da Baixa o fluxo tem que ser de pouco volume, dada a largura das artérias. O ideal seria transformá-las em ruas de pedestres, solução já aplicada à Rua Augusta e a alguns quarteirões da Rua da Betesga, da Rua de Santa Justa e da Rua da Assunção. Nenhum sujeito fez menção aos elétricos (bondes) que percorrem algumas ruas do Centro e parecem agradar aos moradores. Embora, em nome da modernidade, algumas cidades tenham retirado esse tipo de transporte coletivo, muitas cidades européias o conservam com aprovação da população. Na questão da revitalização, muito citada pelos sujeitos da pesquisa, evidencia-se o problema da restauração do patrimônio cultural da área e da função residencial. Evidentemente os edifícios devem ser restaurados, pois são eles o componente que dá identidade e personalidade à cidade. Essa restauração exigiria recursos muito elevados, dado o número de edifícios e a situação precária em que a maioria deles se encontra. Uma solução passaria pela valorização da função residencial. Enquanto o térreo, já na proposta dos arquitetos pombalinos, serve a pontos de comércio, os pisos superiores, dois ou três, deveriam ser destinados a residências de classes privilegiadas, que poderiam arcar com os custos de restauração e manutenção. O fenômeno de retorno da função residencial ao Centro é um

processo presente em muitas cidades. A função residencial caracteriza a vida no Centro, especialmente quando, domingos e feriados, o comércio fecha suas portas. Os resultados da pesquisa apontaram para a necessidade de criação de novos espaços verdes e culturais. Essa proposição exigiria um novo planejamento do Centro, que nos parece inviável e iria prejudicar a imagem de toda a cidade. O Centro de Lisboa ainda é importante área de lazer. Embora, os sujeitos da pesquisa tenham registrado a ausência de parques e/ou áreas verdes, que inexistem nessa área, o Centro, especialmente o Rossio, com seus tradicionais cafés com esplanada, vem atendendo ao lazer. A circulação de pessoas passeando ou observando as vitrines, em particular nas tardes de domingo, é grande. Embora sem muito requinte a área cumpre uma função de lazer. Como cidade histórica Lisboa conta com significativo acervo cultural, cujo espaço principal é o bairro de Belém. No entanto alguns dos preciosos edifícios históricos do Centro, além do Teatro Nacional Dona Maria II, poderiam servir a museus e centros de arte, desde que devidamente restaurados. O Centro de Lisboa vive hoje uma fase crítica, a necessidade premente de sua revitalização para sustar o processo de degradação e impedir que passe a ser apenas uma área de comércio e serviços para as populações mais carentes, esvaziada após a jornada de trabalho. Como componente da imagem da cidade é preciso que conserve suas características, que encontre a fórmula da aliança entre a funcionalidade e a beleza, para orgulho dos lisboetas e encanto dos visitantes da bela Lisboa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADRAGÃO, J.V., PINTO, N. e RASQUILHO, R. *Novos Guias de Portugal -Lisboa*, Editorial Presença, 1985.
- BARATA, J.P.Martins. *Pensar Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.
- BLEY, Lineu. *Percepção do espaço urbano: O centro de Curitiba*. Dissertação de Mestrado, Unesp-Campus de Rio Claro, 1982.
- FRANÇA, José Augusto. *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Livraria Betrand, 1977.
- GASPAR, Jorge. Centros de comércio e serviços na cidade de Lisboa, *Finisterra*, nº 20, 1975, pp.230-272.
- PESSOA, Fernando. *Lisboa: o que o turista deve ver*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992.

SOEIRO DE BRITO, Raquel. Lisboa -esboço geográfico, *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, III série, n° 72, 1976, pp.11-120.

VANT, André. La percepción des Espaces Urbains, Images Géographiques et images de la Géographie, *Travaux de l'Institut de Géographie de Réims*, n° 20, 1974, pp.71-83.

VIEIRA, Alice. *Esta Lisboa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993.